

RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.919 - MG (2016/0009568-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : VICENTE VIANEY PIMENTA FIGUEIREDO - ESPÓLIO
REPR. POR : BERNARDO FRANCO VIANNA - INVENTARIANTE
ADVOGADO : BERNARDO FRANCO VIANNA - MG099013
RECORRIDO : JULIA BARROSO FERREIRA MATOS
ADVOGADO : ELITA DA SILVA SOUZA - MG088047N

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA COBRANÇA - AGRAVO RETIDO - DESPACHO QUE DETERMINA ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS - AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO DE PEDIDO DE PROVA - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA - REJEIÇÃO - SENTENÇA LÍQUIDA - PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE, CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAIS - PERCERIA PECUÁRIA DE ENGORDA DE GADO - DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL - CÁLCULO - CORRETO- ART. 308 CC - ÔNUS DA PROVA - SECUMBÊNCIA - RECÍPROCA - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS MANTIDOS - ART. 940, DO CÓDIGO CIVIL - PAGAMENTO EM DOBRO - IMPOSSIBILIDADE - MÁ-FÉ - AUSÊNCIA - DANO MORAL INEXISTENTE - RECURSOS NÃO PROVIDOS - SENTENÇA MANTIDA.

- Ausente a especificação de provas, restou precluso o direito de produzir a prova requerida.

- A prolação de sentença líquida homenageia os princípios da efetividade, celeridade e economia processuais.

- Na dicção do artigo 308 do Código Civil, "O pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito."

- Incumbe ao réu, nos termos do artigo 333, inciso, II, do CPC, comprovar fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito da parte autora.

- Há sucumbência recíproca quando o pedido inicial e o reconvenicional forem julgados parcialmente procedentes.

- O percentual fixado proporcionalmente à complexidade da causa

sobre o valor da condenação fixado a título de honorários advocatícios sucumbenciais se mostra razoável e consentâneo com o art. 20, §3º, do CPC.

- A má-fé do credor tem que estar configurada, pois do contrário, não há que se falar em pagamento em dobro, nos termos do art. 940, do Código Civil, dos valores indevidamente cobrados.
- Os simples aborrecimentos e chateações do dia-a-dia não podem ensejar indenização por danos morais, visto que fazem parte da vida cotidiana e não trazem maiores consequências ao indivíduo.

Nas razões de recurso especial, alega a parte recorrente violação dos artigos 282, VI, 335, 425, 427, 436 e 535 do Código de Processo Civil de 1973. Sustenta cerceamento de defesa, pois indeferida a produção de prova pela qual protestou em reconvenção. Afirma que a fixação do peso médio do boi gordo para a elaboração do cálculo do valor final devido apoiou-se em dados técnicos não oficiais retirados de artigo hospedado em sítio na *internet*. Entende, também, que o percentual de 40% devido à parte recorrida não deve ser calculada sobre todo o peso da boiada, mas deve ter o desconto do peso inicial do gado transferido pela recorrida à recorrente.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Assim posta a questão, observo que o acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido.

Veja-se que os embargos de declaração de fls. 448/452 suscitam matéria que já havia sido apreciada no acórdão embargado, referente à pesquisa de mercado feita pelo julgador para estimar o preço do boi, e ao cálculo dos percentuais que cabiam às partes contratantes.

Rejeito, portanto, a alegação de contrariedade ao art. 535 do CPC (1973).

Não se verifica o alegado cerceamento de defesa.

Com efeito, embora o recorrente afirme ter requerido oportunamente a

produção de prova, consta do acórdão recorrido o seguinte (fl. 430):

No caso específico dos autos, irresignado, alega o segundo recorrente que requereu a produção de referida prova no tempo certo, tendo, inclusive, requerido a expedição de ofício à instituição financeira quando da reconvenção.

Ora, a petição protocolizada a título de especificação de provas pelo Sr. Vicente, conforme se depreende da fl. 171, requereu expressamente apenas a produção de prova testemunhal e depoimento pessoal da autora, não havendo qualquer pleito, ainda que em reiteração relativo à expedição de ofício.

(...)

Ora, no caso em comento, o réu/agravante apresentou reconvenção, na qual requereu, à fl. 97, a intimação do Banco Bradesco de Governador Valadares, Agência 3502, para que juntasse aos autos microfilmagens dos cheques entregues à reconvinha pelo frigorífico Mafrial, com a finalidade de comprovar os pagamentos indevidos realizados a maior.

Posteriormente, ao proferir despacho saneador, o magistrado determinou que as partes especificassem as provas que pretendiam produzir.

Entretanto, o recorrente apresentou petição requerendo a produção de outras provas, mantendo-se silente em relação à expedição de ofício.

Ora, em razão de tal silêncio, tenho que se operou, neste caso, a preclusão do direito do recorrente de produzir a prova em questão.

Desse modo, o acórdão recorrido está em consonância com a orientação desta Corte a respeito da preclusão da faculdade de requerer provas:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS. INÉRCIA DA PARTE. PRECLUSÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ. 2. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO PELA FALTA DE REQUERIMENTO DO DEPOIMENTO PESSOAL DO REPRESENTANTE LEGAL DA REQUERIDA, ALÉM DE NÃO TER HAVIDO PREJUÍZO DECORRENTE DA JUNTADA DA

CARTA DE PREPOSIÇÃO APÓS A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA. REVISÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. De fato, "esta Corte já firmou entendimento que preclui o direito à prova se a parte, intimada para especificar as que pretendia produzir, não se manifesta oportunamente, e a preclusão ocorre mesmo que haja pedido de produção de provas na inicial ou na contestação, mas a parte silencia na fase de especificação" (AgRg no AREsp 645.985/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/06/2016, DJe 22/06/2016). Incidência da Súmula n. 83/STJ, por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

2. A revisão da conclusão estadual - acerca da falta de requerimento do depoimento pessoal do representante legal da requerida na especificação de provas, a qual também não foi ordenada, de ofício, pelo Juízo a quo, assim como da inexistência de prejuízo decorrente da juntada da carta de preposição depois da realização da audiência e da desnecessidade da inversão do ônus probatório - demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1472415/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 22/08/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTIMAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE PROVAS. INÉRCIA DA PARTE. PRECLUSÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Opera-se a preclusão do direito à produção de determinada prova na hipótese em que a parte, intimada a especificar aquelas que pretende produzir, silencia, mesmo no caso de o pedido ter sido formulado em momento anterior. Precedentes.

2. No caso concreto, os óbices das Súmulas n. 5 e 7 do STJ impedem a revisão dos fundamentos do acórdão recorrido, porque foi com base nos elementos de prova e nas cláusulas contratuais que o Tribunal

local concluiu não se ter demonstrado o efetivo desvio de finalidade do bem doado à associação recorrida.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 278.062/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 06/06/2017)

PRODUÇÃO DE PROVAS. ESPECIFICAÇÃO DAS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS. INTIMAÇÃO. INÉRCIA DA PARTE. PRECLUSÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Não há cerceamento de defesa, quando, intimada a parte para especificar provas, esta se mantém silente, ocorrendo a preclusão. Assim sendo, não obstante o requerimento tenha-se dado por ocasião da petição inicial, entende-se precluso o direito à prova, na hipótese de a parte omitir-se, quando intimada para a sua especificação. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 1.376.551/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 28/06/2013; STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.176.094/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 15/06/2012; STJ, AgRg no Ag 1.014.951/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe de 04/08/2008. Dessa forma, a harmonia entre o acórdão impugnado e a jurisprudência do STJ atrai a aplicação da Súmula 83 do STJ.

2. No tocante à alegação de julgamento citra petita, o Tribunal a quo, com base na apreciação do conjunto probatório dos autos, reconheceu que "diante da ausência de comprovação capaz de demonstrar as irregularidades suscitadas pela apelante, em razão da violação da legislação argüida, fica prejudicada a apreciação do pedido de indenização por danos morais, pois sequer há ilegalidade que possa ocasionar a violação de direito subjetivo e ensejar a indenização postulada". Assim, a alteração de tal conclusão exige o exame do acervo fático-probatório constante dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Por fim, a divergência jurisprudencial levantada não é capaz de ultrapassar a barreira de admissibilidade, na medida em que os arestos recorrido e paradigma não encerram a indispensável identidade fático-jurídica.

4. Recurso Especial não conhecido.

Superior Tribunal de Justiça

(REsp 1689923/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 19/12/2017)

Ademais, sentença e acórdão apoiam-se em outras provas suficientes para fundamentar o que decidido.

Do mesmo modo, também não se acolhe a tese de que os dados técnicos levados em consideração pela Corte de origem para apurar o peso do gado e o respectivo valor estejam equivocados e alheios aos critérios defendidos pelas partes. A recorrente afirma que os autos deveriam ser baixados para a realização de prova pericial, o que não pode ser acolhido pela mesma razão acima exposta e dado que nenhuma das partes requereu a produção de prova técnica que infirmasse aquela apuração de preços de mercado feita pelo Juízo de Primeiro Grau.

Quanto à distribuição do valor referente ao peso do gado, o recurso não dispensa a interpretação de cláusulas contratuais com as quais as partes pactuaram o cálculo dos percentuais que seriam devidos a cada qual. Aplica-se quanto ao ponto a Súmula 5/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Julgo prejudicado o pedido de fls. 495/514, com o qual se pretende atribuir efeito suspensivo ao recurso.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora